

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 163/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
163/2026	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JOHN CARLOS BENICIO GOMES	19/08/2026 10:39 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00088.000861/2025-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 00088.000861/2025-31)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Prestação de serviços contínuos de disponibilização de acesso, por meio de assinatura anual, à plataforma digital de inteligência jurídica **Jusbrasil Soluções (Plano Enterprise com Jus IA Premium)**, abrangendo repositório unificado de jurisprudência nacional com mais de 560 sistemas de tribunais e 110 milhões de julgados, peças processuais, doutrina, diários oficiais, integrada a motor de IA generativa/analítica RAG e franquia de R\$ 300,00 em créditos para serviços avançados, para **até 10 (dez) usuários concorrentes/individuais**, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	DE QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL
1	Assinatura de Plataforma Jusbrasil Soluções — Plano Enterprise (Premium) (Até 10 usuários)	10219	Unidade	10	2125,265	21.252,65
VALOR TOTAL ANUAL						21.252,65

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Não obstante a classificação como serviço comum, a contratação se dá por Inexigibilidade de Licitação (art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021). Conforme demonstrado no ETP nº 9/2026 e na Carta de Exclusividade da empresa Goshme Soluções para Internet LTDA, a solução é singular em sua composição, pois integra de forma indissociável:

- a) Busca analítica via Inteligência Artificial (Jus IA);
- b) Base de dados com mais de 560 sistemas de tribunais;
- c) Cópia ilimitada de ementas formatadas e documentos anexos.

1.2.2. Esta combinação específica de ferramentas é comercializada com exclusividade pela fornecedora, tornando inviável a competição com outros softwares de pesquisa jurídica que não detêm o mesmo acervo integrado ou tecnologia de análise.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a necessidade de acesso a legislação atualizada e monitoramento de publicações oficiais é indispensável e permanente para as atividades de assessoramento jurídico e fundamentação de atos administrativos da Contratante, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 362;
- IV) Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO;
- V) Identificador da Futura Contratação: 110001-237/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade e Alinhamento com o PLS/PR

- 4.1. O objeto desta contratação encontra-se estritamente alinhado ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Presidência da República — PLS/PR (biênio 2024–2026), aprovado pela Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Casa Civil, bem como às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, observando os seguintes eixos e critérios temáticos:
- 4.1.1. Alinhamento ao Eixo 1 (Racionalização e Consumo Consciente): A prestação dos serviços por meio de plataforma exclusivamente digital (Software as a Service — SaaS) fomenta a desmaterialização de processos e a eliminação do uso de papel e insumos de impressão nas rotinas de pesquisa e elaboração de minutas da Consultoria Jurídica, em consonância com a Diretriz D2 e o Objetivo OB2 do PLS/PR.
- 4.1.2. Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): A disponibilização de acesso remoto e unificado aos autos de mais de 560 sistemas de tribunais e diários oficiais de todo o país elimina a necessidade de deslocamentos físicos e diligências presenciais a órgãos do Poder Judiciário e da Imprensa Oficial, contribuindo para a redução da pegada de carbono e emissões veiculares (Objetivo OB4 do PLS/PR).
- 4.1.3. Alinhamento ao Eixo 3 (Menor Impacto Ambiental e Ciclo de Vida): O fornecimento em nuvem dispensa a aquisição, manutenção ou descarte de infraestrutura de hardware e servidores locais dedicados no âmbito da Presidência da República, resultando em inexistência de geração de resíduos eletroeletrônicos e baixo consumo indireto de energia elétrica (Diretriz D4 e Objetivo OB9 do PLS/PR).
- 4.1.4. Alinhamento ao Eixo 4 (Inovação e Eficiência Operacional): A integração de motor de Inteligência Artificial analítica (Jus IA) otimiza o tempo de trabalho dos agentes públicos e confere eficiência energética e operacional aos equipamentos de Tecnologia da Informação (Diretriz D5 do PLS/PR).

Subcontratação

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir:

I. Trata-se de contratação de baixo risco para a Administração, uma vez que o objeto é a subscrição de software (SaaS), cujo acesso é disponibilizado pela Contratada de forma imediata após a formalização, sem envolver a alocação de mão de obra exclusiva ou grandes investimentos em infraestrutura física por parte do órgão;

II. A baixa complexidade na prestação do serviço e o valor da contratação não justificam o custo administrativo de gerir uma garantia, sendo que eventuais inadimplementos podem ser mitigados pela retenção de pagamentos ou rescisão contratual sem prejuízo à continuidade do serviço, dada a facilidade de migração ou cancelamento típica de assinaturas eletrônicas; e

III. A exigência poderia onerar desnecessariamente a proposta comercial, em um cenário de fornecedor exclusivo, onde a solvência e a entrega do serviço já estão consolidadas no mercado jurídico, conforme demonstrado no histórico de atendimento da empresa à Administração Pública.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 7 (sete) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) A execução do serviço dar-se-á por meio de tecnologia *Software as a Service* (SaaS), mediante acesso à plataforma web do Jusbrasil. A solução utiliza algoritmos de Inteligência Artificial analítica (Jus IA) para o processamento de grandes volumes de dados jurídicos, permitindo a síntese de documentos, verificação de referências e busca preditiva em um repositório que integra mais de 560 sistemas de tribunais e 40 milhões de ementas.

b) O sistema deverá permitir a busca por palavras-chave, número de processo ou termos jurídicos, viabilizando a cópia ilimitada de ementas formatadas para citação e o download de documentos anexos e Diários Oficiais em formato PDF.

c) Os usuários poderão submeter textos ou dúvidas jurídicas ao assistente Jus IA para obter análises, resumos e produção de minutas baseadas na base de dados da plataforma.

d) Liberação de Acessos: Habilitação das funcionalidades do plano contratado para os perfis dos usuários indicados pela Contratante, no prazo previsto na cláusula 5.1.1;

e) Disponibilização do Serviço: Acesso pleno às ferramentas de busca, monitoramento e inteligência artificial;

f) Suporte Técnico: Manutenção de canal de atendimento para resolução de eventuais instabilidades ou dúvidas de uso.

g) A execução do trabalho será **contínua e em tempo real**. As atualizações da base de dados deverão ocorrer de forma diária, conforme as publicações dos órgãos do Poder Judiciário e da Imprensa Oficial, garantindo que o acervo consultado esteja sempre atualizado.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

I. Etapa de Mobilização (Liberação de Acessos):

- Prazo: Até 02 (dois) dias úteis contados da assinatura do contrato.
- Ação: A Contratada deverá realizar a configuração técnica das contas, cadastrar os usuários indicados pela Administração e enviar as credenciais de acesso (login e senha) e os links para utilização do Jus IA.

II. Etapa de Execução (Disponibilidade do Serviço):

- Prazo: Imediatamente após a entrega das credenciais.
- Ação: Disponibilização plena e ininterrupta da plataforma e uso das ferramentas analíticas de Inteligência Artificial, conforme as funcionalidades do Plano Premium.

III. Etapa de Manutenção e Atualização:

- Periodicidade: Diária/Tempo Real.
- Ação: Atualização automática do acervo de julgados e publicações oficiais pela plataforma, sem necessidade de intervenção do órgão contratante, garantindo que o repositório de 40 milhões de ementas e sistemas de tribunais esteja permanentemente atualizado.

IV. Etapa de Suporte Técnico:

- Periodicidade: Durante toda a vigência contratual.
- Ação: Atendimento a chamados para suporte ao usuário e correção de eventuais instabilidades técnicas, observados os canais de atendimento da Contratada.

5.1.4. Dos Indicadores Mínimos de Desempenho e Qualidade (SLA): Para fins de acompanhamento e fiscalização contratual, a execução contínua da plataforma digital disponibilizada deverá observar estritamente as seguintes métricas objetivas:

a) Disponibilidade da Plataforma: Índice de funcionamento estável (*uptime*) igual ou superior a 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) a cada mês civil, com monitoramento contínuo de 24 horas por dia, 7 dias por semana.

b) Tempo de Resposta do Suporte: Prazo máximo de até 04 (quatro) horas úteis para o primeiro retorno técnico e direcionamento operacional de chamados eletrônicos abertos pela fiscalização do órgão.

c) Prazo de Correção de Falhas Críticas: Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas para o restabelecimento completo e correção de anomalias sistêmicas que impeçam a autenticação ou o uso do motor de IA (IADOD).

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, por meio de plataforma baseada em nuvem (Software as a Service - SaaS), acessível a partir de qualquer localidade com conexão à rede mundial de computadores (internet).

5.3 O acesso à plataforma Jusbrasil deverá ser garantido em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados, de forma ininterrupta, ressalvadas as janelas de manutenção técnica previamente comunicadas.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A Contratada deverá garantir a disponibilidade integral e ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) da plataforma, ressalvadas as paradas programadas para manutenção, que deverão ser comunicadas com antecedência e realizadas, preferencialmente, fora do horário de expediente administrativo.

5.5. A rotina de acesso dar-se-á via rede mundial de computadores, mediante autenticação de usuários cadastrados, sem limitação de volume de consultas para os perfis contratados.

5.6. A Contratada deve cumprir a rotina de atualização diária e em tempo real do acervo de jurisprudência, Diários Oficiais e legislação, assegurando que as informações consultadas reflitam as publicações mais recentes de mais de 560 sistemas de tribunais.

5.7. A ferramenta de Inteligência Artificial deve estar permanentemente disponível para as rotinas de:

- Síntese e análise de conteúdos jurídicos;
- Produção e revisão de minutas de documentos com base na base de dados da plataforma;
- Verificação automática de referências jurídicas e fundamentação de atos.

5.8. A Contratada deverá manter rotina de suporte técnico para a resolução de eventuais problemas de acesso ou instabilidades na ferramenta, com canais de atendimento ativos conforme os níveis de serviço (SLA) previstos.

5.9. Cumprimento rigoroso das rotinas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo que as interações e pesquisas realizadas pela Contratante sejam mantidas sob sigilo e segurança, conforme as políticas de privacidade da plataforma.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.1. Disponibilização de licenças de acesso para até **10 (dez) usuários concorrentes/cadastrados**, vinculados ao corpo técnico consultivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), com perfis individuais de acesso e autenticação corporativa segura;

5.10.2. Escopo do Acervo e Funcionalidades Ilimitadas: Acesso irrestrito à base de dados de jurisprudência unificada de todos os tribunais do país, diários oficiais estaduais e federais, doutrina especializada, peças processuais e consultas/interações ilimitadas com a ferramenta de inteligência artificial Jus IA Premium;

5.10.3. Modelagem de Franquia de Créditos e Ações Avançadas: Disponibilização de franquia anual de R\$ 300,00 (trezentos reais) em créditos corporativos, destinada à realização de operações avançadas de extração e gestão de dados (tais como varredura, monitoramento avançado e download de autos integrais);

5.10.4. Mecanismo de Proteção Orçamentária e Trava de Consumo: Existência obrigatória de sistema de trava automática de consumo integrado à plataforma. Ao atingir o limite exato da franquia de R\$ 300,00, a execução de quaisquer novas rotinas tarifadas será automaticamente suspensa pela ferramenta, ficando vedado qualquer faturamento excedente pós-pago ou cobrança sem prévia empenho e celebração de aditivo contratual (em estrita observância ao art. 60 da Lei nº 4.320/1964);

5.10.5. Forma de Disponibilização e Regime de Licenciamento: Prestação do serviço no modelo *Software as a Service* (SaaS), via web, em ambiente seguro, sem necessidade de instalação local de infraestrutura ou suporte físico nas dependências do órgão;

5.10.6. Disponibilização de busca assistida por IA, permitindo a produção, revisão, síntese e análise precisa de documentos jurídicos, com a funcionalidade de verificação automática de referências jurídicas para garantir a integridade do material gerado.

5.10.7. Capacidade de cópia ilimitada de ementas formatadas para citação direta, abrangendo um acervo de mais de 110 milhões de julgados e milhares de súmulas, alimentado diariamente por 96 sistemas de tribunais e com ementa pré-formatada para citação.

5.10.8. Acesso a um repositório de mais de 100 mil modelos jurídicos e peças processuais (petições, contestações e procurações), com permissão para download integral em formato PDF, inclusive de Diários Oficiais de Justiça.

5.10.9. Recurso de acompanhamento e consulta de processos por usuário, com sistema de notificações por e-mail sobre novas movimentações e acesso direto aos autos.

5.10.10. Abrangência de 100% das legislações federais e estaduais, além de plataforma de consulta a acervo doutrinário com mais de 1.200 obras, permitindo a visualização de capítulos relevantes e cópia de trechos já em formato ABNT.

5.11. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.11.1. Relatório de Encerramento: Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de encerramento contendo:

a) Inventário de todos os dados, logs de acesso e históricos de alertas/monitoramento gerados pela Administração durante a vigência do contrato.

b) Documentação técnica detalhada sobre os procedimentos necessários para a extração integral das informações cadastradas na plataforma.

5.11.2. Portabilidade e Entrega de Dados:

a) A CONTRATADA compromete-se a fornecer, em formato aberto, legível por máquina e interoperável (PDF/DOCX/JSON), toda a base de documentos, ementas e teses jurídicas que tenham sido exportadas ou marcadas pela Administração, assegurando a portabilidade total das informações.

b) A entrega desses dados deverá ocorrer sem qualquer custo adicional para a Administração, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o pedido formal da fiscalização, sob pena de multa por descumprimento de obrigação acessória.

5.11.3. Apoio à Transição:

a) A CONTRATADA deverá prestar apoio técnico para a migração ou encerramento dos acessos, garantindo a desativação segura das contas de usuários e a preservação do sigilo das informações institucionais armazenadas.

b) Após a conclusão da transição e a entrega dos dados, a CONTRATADA deverá realizar a exclusão definitiva de quaisquer dados proprietários da Administração eventualmente remanescentes em seus servidores, em conformidade com as diretrizes da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do Contrato.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.20. Da Verificação do SLA por Demanda da Área Usuária:

6.20.1. Diante da modelagem de pagamento antecipado em parcela única e do fato de as licenças nominais serem de uso exclusivo do setor jurídico, o monitoramento dos níveis mínimos de serviço (SLA) dar-se-á por demanda, mediante o reporte de intercorrências pela área usuária.

6.20.2. A Conjur/Secom (detentora dos acessos) comunicará formalmente à fiscalização técnica, em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência, qualquer incidente tecnológico, indisponibilidade prolongada da solução digital ou falha de suporte que afronte os parâmetros mínimos exigidos neste instrumento.

6.20.3. O registro de indisponibilidade ou a ausência de suporte tempestivo servirá como lastro material imediato para que a fiscalização instaure o processo de responsabilização e aplique as penalidades contratuais e multas diárias compensatórias previstas na avença.

6.20.4. Inexistindo manifestação em contrário ou reportes de falhas por parte da área usuária ao longo da vigência, presumir-se-á a entrega contínua do objeto nos níveis de qualidade exigidos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Tratando-se de prestação de serviços digitais sob o modelo SaaS com pagamento antecipado em parcela única anual, o objeto será recebido provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da disponibilização efetiva das 10 (dez) licenças de acesso nominais e da apresentação da respectiva Nota Fiscal de cobrança integral.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante a validação técnica da conformidade dos acessos e a emissão do Termo Detalhado pela fiscalização, autorizando a liquidação e o pagamento integral do ciclo anual.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **cinco dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.19.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.19.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/08/2026.

7.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. 7.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis ao regime de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Garantia de continuidade e Restituição de Valores

7.40. Em razão da modalidade de pagamento antecipado anual adotada para fins de economicidade, a Contratada vincula-se à prestação ininterrupta dos serviços pelo período integral contratado.

7.40.1. Diante da modelagem de antecipação integral do valor anual da assinatura, fica estipulado que eventual indisponibilidade tecnológica ininterrupta da plataforma digital por período superior a 48 (quarenta e oito) horas consecutivas configurará inadimplemento contratual parcial e grave violação do nível mínimo de serviço (SLA).

7.40.1.2. Nessa hipótese, a Administração aplicará multa compensatória equivalente a 1% (um por cento) do valor total anual da contratação por dia extra de paralisação técnica, sem prejuízo da aplicação cumulativa de sanções de advertência e, persistindo a falha por mais de 10 (dez) dias, a rescisão unilateral da avença por culpa da contratada com a obrigação de restituição proporcional (*pro rata die*) dos valores antecipados em até 15 dias úteis.

7.41. Na hipótese de rescisão contratual antecipada, seja por iniciativa da Administração (interesse público), por inadimplemento das obrigações da Contratada ou por descontinuidade da plataforma, a Contratada obriga-se a realizar a restituição imediata dos valores proporcionais (*pro rata die*) relativos ao período remanescente não utilizado.

7.42. O cálculo da restituição deverá considerar o valor total pago dividido pelos dias de vigência previstos, multiplicando-se o valor diário pelo número de dias restantes até o termo final originalmente pactuado.

7.44. A devolução dos valores deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação da rescisão, sob pena de incidência de atualização monetária pelo IPCA e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10 % (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, com fulcro no **art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, fundamentada na inviabilidade de competição decorrente da singularidade e exclusividade técnica da solução **Jusbrasil** (Plano Enterprise Premium), que integra ecossistema proprietário de busca, curadoria e análise via inteligência artificial (RAG).

9.1.1. A inviabilidade de competição justifica-se pela singularidade da plataforma Jusbrasil, que integra repositório proprietário de 110 milhões de julgados a um motor de Inteligência Artificial com arquitetura RAG (*Retrieval-Augmented Generation*). Esta integração técnica permite uma busca semântica de alta precisão sobre base curada, característica que não encontra substituto no mercado para a escala e profundidade exigidas pela Presidência da República.

9.1.2. A exclusividade técnica e comercial sobre a solução Jusbrasil constitui atributo proprietário da empresa Goshme Soluções para Internet LTDA, formalmente comprovado pela documentação técnica e pela declaração de exclusividade acostada aos autos, que atesta a inexistência de intermediários ou canais terceirizados de distribuição para o fornecimento deste ecossistema integrado ao setor público.

9.1.3. A inviabilidade de competição configura-se como situação jurídica material decorrente da singularidade do objeto: nenhuma outra ferramenta de pesquisa jurídica disponível reúne a mesma abrangência de fontes (mais de 560 sistemas de tribunais) associada a um motor de IA com tecnologia RAG blindada contra alucinações. A fragmentação desta solução — contratando-se bancos de dados e ferramentas de IA de forma isolada — comprometeria a interoperabilidade e a eficiência do serviço, inviabilizando qualquer confronto objetivo de propostas.

9.1.4. Assim, preenchidos os requisitos fáticos e demonstrada a adequação da solução ao interesse público e à eficiência do órgão, confirma-se o enquadramento da contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.5. Tratando-se de procedimento de contratação por inexigibilidade, o critério de julgamento dar-se-á mediante a verificação de compatibilidade do preço ofertado com os parâmetros de mercado e contratações similares, nos termos dos arts. 23 e 74 da Lei nº 14.133/2021. A vantajosidade econômica é atestada pela análise comparativa de custos (solução integrada vs. soluções fragmentadas) e pelo desconto linear de 15,22% concedido sobre o valor de tabela, garantindo a economicidade para a Administração.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Fica dispensada a exigência de apresentação de documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira para fins de habilitação, com fundamento no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.23. A dispensa justifica-se em razão de a presente contratação enquadrar-se nas hipóteses legais de dispensa, notadamente por se tratar de contratação para entrega imediata e/ou por possuir valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.

9.24. Adicionalmente, destaca-se que o objeto apresenta baixa complexidade, execução padronizada e reduzido risco operacional, não demandando, portanto, a aferição da capacidade econômico-financeira do fornecedor, sem prejuízo da adequada execução contratual. Ressalta-se, ainda, que a Administração dispõe de outros mecanismos de mitigação de riscos, tais como a fiscalização contratual e a aplicação de sanções administrativas, os quais se mostram suficientes para resguardar o interesse público.

Qualificação Técnico-Operacional

9.25. Com fulcro no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza da contratação por inexigibilidade baseada na singularidade e propriedade intelectual da solução, fica dispensada a apresentação de atestados de desempenho anterior emitidos por terceiros. A capacidade técnica para a prestação do serviço é comprovada pela própria natureza da solução, cujo desenvolvimento e suporte são incumbência direta da empresa Goshme Soluções para Internet LTDA, proprietária da plataforma JusBrasil.

9.25.1. Como requisito de verificação de capacidade operacional, o fornecedor deverá apresentar, juntamente com sua proposta comercial, declaração formal subscrita por representante legal atestando:

- **a)** A disponibilidade da infraestrutura de *cloud computing* necessária para suportar a carga de usuários da Presidência, garantindo a performance da ferramenta e a disponibilidade ininterrupta (SLA);
- **b)** A manutenção de equipe técnica especializada capaz de assegurar o suporte, a atualização constante do motor de IA (*Jus IA*) e a conformidade com as normas de segurança da informação e LGPD;
- **c)** O compromisso com o cumprimento integral dos níveis de serviço (SLA) fixados neste Termo de Referência, sob pena de responsabilização administrativa e glosa financeira em caso de descumprimento.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 21.252,65 (vinte e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União 2026.
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Da Estratégia de Saída e Obrigações na Transição Contratual.

- I) Em caso de extinção do contrato (por término de vigência sem renovação ou rescisão), a Contratada obriga-se a colaborar com a Administração nas providências de transição, visando garantir a continuidade do serviço público.
- II) Constituem obrigações da Contratada na fase de encerramento da solução:
- a) Disponibilizar na própria interface do sistema SaaS as ferramentas necessárias para que os usuários realizem o download e salvaguarda de seus históricos de busca em formatos interoperáveis (PDF e CSV);
- b) Manter os acessos e o suporte técnico prioritário ativos e sob as mesmas condições de SLA pactuadas durante o período de transição formalmente notificado pela fiscalização do contrato;
- c) Promover a eliminação definitiva e segura de todos os registros de dados pessoais e acessos associados aos CPFs dos agentes públicos em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento da fase de consulta de transição, emitindo termo declaratório de conformidade com a LGPD.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

- 13.1. Não se aplica tendo em vista a previsão de instrumento contratual.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

- 14.1. Não se aplica tendo em vista a previsão de instrumento contratual.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOHN CARLOS BENICIO GOMES
Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 19/08/2026 às 10:39:58.